



## **O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO NOS ANOS 2000: HEGEMONIA NEODESENVOLVIMENTISTA E PERDA DE COMBATIVIDADE**

### ***THE BRAZILIAN TRADE UNION MOVEMENT IN THE YEARS 2000: NEODEVELOPMENTAL HEGEMONY AND LOSS OF COMBATIVITY***

Crismanda Maria Ferreira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo discute as inflexões, no âmbito do movimento sindical brasileiro, das configurações do Estado sob a hegemonia de governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil. A pesquisa de base qualitativa, construída a partir de pesquisa bibliográfica e documental, problematiza os posicionamentos e estratégias sindicais que conformaram, ao nosso ver, uma burocracia sindical orientada para participação ativa no processo de legitimação da política de Estado neodesenvolvimentista, em detrimento da ação protagonista nas lutas operadas pelos trabalhadores nos anos 2000, a exemplo das jornadas de junho de 2013. A Central Única dos Trabalhadores, devido sua aproximação histórica com o Partido dos Trabalhadores, incorporou o discurso do “milagre brasileiro”, em especial, da distribuição de renda, de maneira que suas análises e estratégias sustentaram o projeto governista em curso. Já a Força Sindical teve a subordinação ao patronado como marca central de sua atuação, apontando no sentido de controle e contenção dos conflitos.

**Palavras-chave:** Estado. Partido dos Trabalhadores. Sindicalismo.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

### **Abstract**

This article discusses the inflections, within the scope of the Brazilian trade union movement, of the configurations of the State under the hegemony of the governments of the Workers' Party in Brazil. The qualitative research, based on bibliographical and documentary research, problematizes the trade union strategies and strategies that, in our opinion, constituted a union bureaucracy oriented towards active participation in the process of legitimizing the politics of the neodevelopmental state, to the detriment of the protagonist action in the struggles of the workers in the years 2000, like the days of June 2013. The Central Única dos Trabalhadores, due to its historical approach to the Workers' Party, incorporated the discourse of the "Brazilian miracle", especially the distribution of income, so that their analyzes and strategies underpinned the ongoing government project. Força Sindical had the subordination to the patronage as the central brand of its action, pointing in the direction of control and containment of the conflicts.

**Keywords:** State. Workers' Party. Syndicalism.

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos realizados acerca do sindicalismo no Brasil apontam que o movimento sindical brasileiro vivencia um momento de refluxo, iniciado desde meados da década de 1990 e que se aprofundou com a chegada ao governo da força política que, historicamente, esteve próxima das lutas dos trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Com a presidência da República comandada por Lula da Silva - ex-sindicalista dirigente das grandes greves do ABC Paulista na década de 1980 - o movimento sindical passou a ser marcado pela novidade dos governos democráticos-populares e pela necessidade de tomar posição, contrária ou favorável, às medidas adotadas. Um "embate hegemônico" com máxima intensidade, segundo caracterização de Dias (2006), que impactou diretamente o potencial de organização das representações dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, nosso trabalho objetiva discutir, recuperando a literatura especializada, as principais características do movimento sindical brasileiro durante os governos do PT (2003-2016). Problematizamos, centralmente, as estratégias do Estado para construção de sua hegemonia política que, no âmbito do sindicalismo, conformaram uma burocracia sindical que, em detrimento da manutenção de sua

autonomia e combatividade, incorporou as pautas dos governos e reduziu seu horizonte político estratégico aos fins institucionais.

Entendemos que analisar a organização político-sindical e sua relação com as configurações do Estado, é importante para pensarmos as dificuldades de organização coletiva que hoje prevalecem. Portanto, este estudo será um aporte para o debate teórico-político entre a esquerda brasileira no geral e no campo do Serviço Social, que tem se posicionado, hegemonicamente, em defesa dos interesses dos trabalhadores e fomentado a organização coletiva tendo como horizonte a transformação social.

### **DA AÇÃO SINDICAL CLASSISTA À BUROCRATIZAÇÃO**

A chegada do PT ao governo, em meados da década de 2000, produziu paradoxos e desafios complexos para a luta de classes e, notadamente, para a organização sindical. O Estado neodesenvolvimentista, liderado pelo PT, para manter sua hegemonia, exigiu que fossem aprofundadas mudanças do ponto de vista da organização das classes, notadamente, no âmbito do movimento sindical.

Se desde o final da década de 1980, com o avanço da reestruturação produtiva e seus rebatimentos do ponto de vista da organização do trabalho, o sindicalismo já sofria com dificuldades de organização, a partir dos anos 2000, os sindicatos, instrumentos históricos da luta política dos trabalhadores contra a exploração capitalista e em defesa de seus interesses coletivos, sejam estes voltados para as melhorias salariais, das condições de trabalho e das condições de vida em geral, foram duramente impactados e, em geral, ainda mais fragilizados. As formas político-organizativas, que agem sobre a classe e a constituem como classe em uma determinada direção (IASI, 2006), reconfiguraram-se.

A classe trabalhadora, conformada por aquilo que produz – e a produz - em cada momento do movimento histórico (IASI, 2006), deparou-se com as controvérsias conjunturais dadas com a entrada de um operário, sindicalista e fundador de um partido com tradição de esquerda – o PT –, na Presidência da República.

A largada política do PT, todavia, como já dissertamos, deu seguimento a uma política distinta daquilo que as forças políticas à esquerda, inclusive o próprio PT, lograram dos movimentos e mobilizações dos trabalhadores na década de 1980. Não iremos nos deter nessa discussão, mas cabe, do ponto de vista da análise da organização sindical, destacar que os governos petistas – na lógica de construção de consenso para efetivar as medidas políticas adotadas – capitanearam uma verdadeira política de cooptação dos setores sindicais. Constituíram-se como e deram cabo ao que Coelho (2005) chamou de “uma esquerda para o capital”.

Essa “esquerda”, migrando de um projeto dos trabalhadores para a zona de hegemonia da classe dominante, dotou o bloco estruturado em torno do capital de uma “nova ala esquerda” (COELHO, 2005). Caberia aos trabalhadores e suas representações sindicais, em detrimento da construção de projetos autônomos pautados em uma direção classista combativa, subsumir-se às promessas do crescimento econômico como forma possível de superação dos problemas prementes. O ideário de desenvolvimento da economia com inclusão social, serviu de estratégia para apagar os antagonismos estruturais, e transformá-los em consenso.

Em 2002, se a eleição de Lula da Silva seria uma possibilidade de superar o cenário de crise sindical<sup>2</sup> - erguido, na década de 1990, com a ofensiva dos ditames neoliberais e da reestruturação produtiva - após 14 anos de governos petistas (2003-2016), o que se percebeu foi o aprofundamento dessa crise.

Ainda no primeiro mandato petista, essa tendência já era apontada. O PT, dando continuidade à aplicação e defesa do neoliberalismo, modificou, radicalmente, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado. Segundo Braga e Bianchi (2011), somente a administração Lula da Silva ocupou metade dos cargos superiores de direção e assessoria, aproximadamente 1.300 vagas, com sindicalistas. O orçamento anual gerido pelos dirigentes sindicais no governo chegou à marca de R\$ 200 bilhões (BRAGA E BIANCHI, 2011). Posições estratégicas referentes aos fundos de pensão das empresas estatais e cargos de prestígio na

---

<sup>2</sup> A crise sindical nos anos 1990 foi objeto de profundas análises, sob os mais distintos enfoques. Recomendamos a leitura de Antunes (2003; 2005; 2009), Alves (1998), Bihl (1998), Mazzeo e Lagoa (2003), Boito Jr. (1996), Amaral (2005) e França (2013).

Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas foram preenchidas por dirigentes sindicais. Os sindicalistas passaram a integrar, até mesmo, o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O sindicalismo militante e combativo deu lugar a uma acentuada “burocracia sindical” (BRAGA E BIANCHI, 2011), que promoveu um contínuo afastamento das direções em relação às bases. Analisa Braga:

Ao absorver as forças sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o lulismo esvaziou todo o conteúdo crítico presente na longa “era da invenção” dos anos 1970-1980. [...] A política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes, ainda que frequentados habitualmente por escândalos de corrupção (BRAGA, 2010, n.p.).

Na conjuntura de dinamismo econômico dos anos 2000, marcada pelo crescimento de políticas públicas de redistribuição de renda, tanto Lula quanto Dilma, em seus governos, construíram a hegemonia do projeto “lulista”, tendo como base a consolidação da relação de dominação apoiada na articulação entre “*consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais*” (BRAGA, 2015, p. 200, grifos nossos).

Os autores (BRAGA, 2014; DIAS 2006; BRAGA E BIANCHI, 2011; BADARÓ; 2003; AMARAL, 2005; GALVÃO, 2014), na crítica às transformações político-organizativas no movimento sindical brasileiro, afirmam ter ocorrido uma verdadeira “reviravolta transformista” entre o sindicalismo e suas relações com o Estado. O fenômeno do transformismo passou a ser uma das tônicas interpretativas das mudanças no sindicalismo brasileiro nesta década. As propostas históricas de militância cederam lugar às práticas e discursos que acabam por implementar a racionalidade negada anteriormente. Dessa vez, com um diferencial: não só legitimaram, mas passaram a participar do processo de legitimação dos projetos da classe antagônica. Ao invés de “organizai-vos”, a palavra de ordem passou a ser “tende esperança” (DIAS, 2006).

Em recente livro intitulado “*a pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*”, Braga analisa que esses dirigentes sindicais absorvidos pelo aparelho de Estado transformaram-se em administradores estratégicos do

investimento capitalista no país. Os interesses históricos dos trabalhadores não eram materializados enquanto pautas das lutas dessa “burocracia sindical” que rapidamente estava sendo incorporada pelo Estado.

O processo de burocratização sindical, por um lado, corrobora com as apostas na liquidação da defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora por parte dos sindicalistas. Mas, por outro lado, também pavimenta o caminho do “novo sindicalismo” em direção ao regime de acumulação capitalista financeiro globalizado. Nosso autor, em parceria com Bianchi, disserta sobre a hipótese de “financeirização da burocracia sindical” no Brasil e coloca a participação dos dirigentes sindicais na gestão dos fundos de pensão e dos fundos setoriais como chave de resposta desse processo (BRAGA E BIANCHI, 2011). Uma tendência que já se expressava em meados de 1990, porém que se aprofundou no ciclo petista.

Na condição de gestores dos fundos de pensão, escrevem os autores, o compromisso principal seria com a liquidez e rentabilidade de seus ativos e com a possibilidade de selecionar investimentos ecologicamente sustentáveis e geradores de empregos (BRAGA E BIANCHI, 2011). Isso, objetivamente, não foi processado devido o próprio sentido no qual os fundos de pensão brasileiros têm atuado: equacionando a relativa carência de capital para investimentos e como uma linha estratégica em benefício de fusões e aquisições de empresas no país, financiam o processo de “oligopolização econômica”, que rebate na intensificação dos ritmos de trabalho, enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e enxugamento dos setores administrativos; e participam, crescentemente, nos investimentos em projetos de infraestrutura, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alvo de críticas de movimentos ambientalistas (BRAGA E BIANCHI, 2011).

A participação dos dirigentes em cargos institucionais é apenas uma das mudanças operadas que servem de aporte explicativo para o vínculo crescente das representações dos trabalhadores com o projeto governamental. Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff criaram um conjunto de estratégias para envolver as organizações sindicais com sua plataforma política. Foram formados organismos tripartites (compostos por Estado, empresariado e representantes dos trabalhadores), tais como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho, para discutir as reformas da previdência, tributária e

sindical. A tentativa, diz Galvão (2012), era consensuar as questões polêmicas e minimizar eventuais reações às políticas implantadas pelos governos.

Em 2008, no segundo mandato de Lula da Silva, uma nova legislação foi aprovada para reger o reconhecimento e financiamento das centrais sindicais. A lei 11.648/2008 assegurou o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas. Estas centrais passaram a receber metade do montante da verba que antes ia para o Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo dados trazidos por Antunes (2011), em 2010, foram R\$ 84,3 milhões destinados para as centrais. CUT e Força Sindical receberam R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente - valores que representam 80% do orçamento da Força e 60%, da CUT. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) ficou com R\$ 14 milhões; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) embolsou R\$ 9,9 milhões; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), R\$ 5,3 milhões; e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), R\$ 3,9 milhões<sup>3</sup>.

A lei dividiu posições entre os sindicalistas e gerou controvérsias. Concomitantemente a ampliação das verbas destinadas às centrais sindicais, que beneficia a manutenção da suas estruturas e atividades sindicais, houve aumento da dependência orçamentária dos sindicatos frente ao imposto sindical e um “movimento de divisão e fusão de correntes sindicais” (GALVÃO, 2012) foi desencadeado. Novas centrais e sindicatos foram criados para obter o repasse de parcela do imposto sindical que, ao fim e ao cabo, reforça o atrelamento entre sindicatos e Estado.

A divisão organizativa do sindicalismo brasileiro foi aprofundada. Em termos quantitativos, no Brasil, temos um total de 17.082 sindicatos (EL PAÍS, 2017). Um número que não traduz, necessariamente, o índice de representatividade junto aos trabalhadores. Divulgada em 2017, a pesquisa intitulada “Aspectos das relações de trabalho e sindicalização”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que, em 2015, apenas 19,5% de brasileiros eram sindicalizados. Dentre esses trabalhadores não sindicalizados, 26,4% afirmaram que o motivo da não associação era o desconhecimento das entidades representativas;

---

<sup>3</sup> Antunes (2011).

outros 23,6% disseram que não se sindicalizavam em função do sindicato não oferecer serviços que lhes interessavam, e 16,6% disseram não acreditar no sindicato ou que a entidade não representava seus interesses (IBGE, 2017). Já entre os trabalhadores sindicalizados, a grande maioria (81,2%), não participa de nenhuma atividade promovida pelo sindicato, tendo 82,5% afirmado que os sindicatos aos quais estavam associados não participaram de negociação ou dissídio coletivo quando necessário (IBGE, 2017).

Apesar desses números, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou que a sindicalização trabalhista, referente ao ano de 2015, atingiu seu maior número (18,4 milhões de trabalhadores sindicalizados) da série histórica da pesquisa, iniciada em 2004 (IBGE, 2017). De acordo com especialistas, o crescimento poderia ser explicado pela alta no total de empregos com carteira assinada (POCHMANN, 2008; PICHLER, 2011) e por uma acirrada disputa entre as centrais para filiar sindicatos e obter mais recursos da contribuição sindical (GALVÃO, 2012).

Todavia, alguns autores, a exemplo de Wanderbroock Jr. (2016), têm afirmado que a questão do aumento no número de sindicalizados comparado ao crescimento do emprego não obedece necessariamente à mesma lógica. Mesmo ajudando a ampliar o número de sindicalizações, o crescimento do emprego não é, em si, suficiente. Entre 2009 e 2013, por exemplo, o número de empregos formais aumentou. Em 2009, o estoque de emprego formal era de 41,2 milhões, passando para 48,9 milhões em 2013. Um aumento de 7,7 milhões em 4 anos, um percentual de 18,7%. E o número de sindicalizados caiu no mesmo período de 17,3 milhões para 16,1 milhões. Uma diminuição de 1,2 milhões no número de sindicalizados, cerca de 6,9%<sup>4</sup>. **O autor destaca ainda que** a taxa de sindicalização decaiu ante a taxa de ocupação no país. Enquanto o percentual de ocupados entre 2009 a 2013 passou de 53,1% para uma taxa de 54,2%, no mesmo período, a taxa de sindicalizados passou de 17,8% para 16%, uma queda de 1,8%<sup>5</sup>.

As taxas de sindicalização são indicadores fundamentais da relação entre sindicatos e trabalhadores. Indicam o grau de inserção, organização e confiança das

---

<sup>4</sup> Dados referentes à pesquisa de Wanderbroock Jr. (2016), divulgada no Blog Esquerda Online.

<sup>5</sup> Wanderbroock Jr. (2016).

bases em suas representações. Os dados expostos demonstram, nos anos 2000, um crescimento da sindicalização se comparado historicamente, mas apontam para um declínio se levarmos em conta o crescimento de empregos e aumento das taxas de ocupação dos trabalhadores. As justificativas da não sindicalização, apontadas nas pesquisas do IBGE, podem indicar a ausência de trabalho junto às bases, por parte dos sindicatos.

Na década de 2000, quase oito décadas depois de sua criação, o modelo de estrutura sindical getulista permanece. A crítica feita à estrutura sindical por Boito Jr. (1991), embora ganhe novos determinantes, permanece atual. A “investidura sindical” (BOITO JR., 1991), ou seja, a concessão via Estado do poder de representação e negociação, caracteriza a estrutura sindical erguida no Brasil. A estrutura sindical estabelecida por Getúlio Vargas e mantida até a atualidade, divide os trabalhadores em categorias evitando que sejam uma classe. A necessária subordinação dos sindicatos a algum ramo do aparelho de Estado - afinal, é o ramo que vai determinar qual o sindicato que representa determinado segmento de trabalhadores - atualiza a tese de perda de autonomia dos sindicatos diante do Estado. A formação de sindicatos depende do consentimento estatal, o que rebate decisivamente na liberdade sindical dos trabalhadores.

Os problemas estruturais se agudizaram com as mudanças no mundo do trabalho pós reestruturação produtiva. A classe trabalhadora - fragmentada, heterogênea e complexificada - não consegue ser aglutinada pelos sindicatos presos às estruturas arcaicas de organização. Ao que Antunes (2005) chamou a “nova morfologia do trabalho”, para referir-se a esses setores heterogêneos e desorganizados da classe trabalhadora, não correspondeu, em igual medida, a nova morfologia da organização sindical. Cria-se, assim, um abismo social no interior da classe trabalhadora (ANTUNES, 2005). O que vemos, a partir de 1990 e na década de 2000, são trabalhadores instáveis e estáveis separados por uma burocracia sindical e “invisíveis” para uma esquerda que não consegue abordar o problema da unicidade sindical em combate à ingerência do Estado na forma como se organiza o movimento sindical.

O refluxo no número de greves expressa as dificuldades organizativas dos sindicatos, neste período. Desde 1997, o número de greves no país sofreu baixas,

como apontam os dados seguintes: em 1996, o número foi de 1.228 greves; 1997, 631 greves; 1998, 531 greves; 1999, 506 greves; 2000, 525 greves; 2001, 416 greves; 2002, 298 greves; 2003, 340 greves; 2004, 302 greves; 2005, 299 greves; 2006, 320 greves; 2007, 411 greves; e 2008, 411 greves<sup>6</sup>.

A atividade grevista só voltou a aumentar a partir de 2009, embora não tenha tido, em maioria, protagonismo sindical (BRAGA 2012). Os operários dos canteiros das chamadas “grandes obras” brasileiras de desenvolvimento tomaram as frentes de mobilizações e, em termos numéricos, foram feitos os seguintes registros: 2009, 518 greves; 2010, 445 greves; 2011, 554 greves; 2012, 877 greves; e 2013, 2.050 greves (DIEESE apud REDE BRASIL ATUAL, 2015). Em 2011, por exemplo, foi alcançado o mesmo patamar do final dos anos 1990. Houve um aumento de 24% da atividade grevista, entre 2010 e 2011 (BRAGA, 2015).

Com as mudanças em curso, não seria possível analisar o sindicalismo brasileiro de forma unidimensional. Entretanto, conforme Galvão (2012), nem mesmo as divisões organizativas, tratadas anteriormente, impediram a construção de uma certa unidade político-ideológica, fundamentada numa avaliação positiva dos governos petistas. A tendência que se colocou foi da “acomodação política”, como veremos a seguir.

## **CENTRAIS SINDICAIS E A SUBORDINAÇÃO AO ESTADO E AO PATRONATO**

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) – fundada em 1983, sendo expoente do novo sindicalismo no Brasil<sup>7</sup> – é o maior exemplo das mudanças vividas pelo movimento sindical brasileiro. Dada a própria processualidade histórica que

---

<sup>6</sup> Cf. REDE BRASIL ATUAL. Greves em 2013 atingiram recorde e mobilizaram 2 milhões de trabalhadores. Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/12/greves-em-2013-atingiram-recorde-e-mobilizaram-2-milhoes-7006.html>. Acesso em: 30/10/2017.

<sup>7</sup> “Novo sindicalismo” foi a expressão utilizada para chamar o movimento sindical nascido com as greves de 1978 no ABC paulista. Ver: França (2013).

vincula CUT e PT<sup>8</sup>, com a chegada de uma de suas principais lideranças ao poder, em 2003, esta Central Sindical reconfigura sua posição e estratégia de atuação.

Duas opções se colocaram: consolidar a independência política frente aos governos, travando a disputa pelos rumos do país, ou depositar nos governos estas expectativas. A primeira delas - colocar-se como independente dos governos, o que, por sua vez, não inibiria a CUT de destinar-lhe críticas - incorria no risco de contribuir para um possível desgaste das bases de apoio do PT e, conseqüentemente, poderia arruinar aquela oportunidade histórica. Já a segunda opção poderia comprometer a representatividade e autenticidade, podendo colocar a central frente ao dilema de ser taxada como “entidade do governo”, o que poderia se tornar, ainda mais contraditório, na medida em que fossem tomadas decisões divergentes das suas pautas de luta<sup>9</sup>.

Dias, dedicando-se aos estudos da obra de Gramsci no Brasil, inspirou-se em categorias gramscianas para explicar a realidade brasileira contemporânea e a atuação político-sindical<sup>10</sup>. Ao escrever sobre os caminhos seguidos pela CUT, o autor é enfático:

Caminhou no sentido de reduzir seu horizonte político a duas tarefas: eleger Lula e fazer acordos corporativistas em benefícios de suas principais categorias. [...] Instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo. Progressivamente, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores para monitorar-lhes a ação no sentido da redução da radicalidade das lutas, da aceitação acrítica das chamadas transformações no mundo do trabalho (DIAS, 2006, p. 188).

A CUT foi de movimento de massas à estrutura estatal. Uma conversão cuja origem é progressiva ao longo dos anos 1990 e 2000. A central sindical brasileira que, em geral, se colocava em oposição às políticas governamentais, com a

---

<sup>8</sup> A CUT tem, desde sua gênese, um vínculo forte, embora não seja formal, com o PT. A criação do PT deveu-se, de certo modo, à iniciativa de líderes sindicais, estes que, em grande parte, foram/são também importantes lideranças políticas do partido até hoje, por exemplo, Lula da Silva.

<sup>9</sup> Cf. Véras de Oliveira (2014).

<sup>10</sup> Entre as principais categorias utilizadas pelo autor, em especial aquelas que nos referimos em nosso trabalho, estão: transformismo, consentimento ativo e consentimento passivo.

chegada do PT ao governo federal, vinculou-se ao governo, transformando-se em seu “braço direito no meio sindical” (BADARÓ, 2013).

Apesar de criticar o “sindicalismo de resultados”, a CUT irá se aproximar dessas concepções, adequando-se à institucionalidade, controlando o seu discurso e a postura frente ao Estado. Dito de outro modo, foram desenvolvidas “estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no seio do sindicalismo da CUT” (ALVES, 1998, p. 309), acarretando um esvaziamento da perspectiva classista. No plano estratégico sindical, assim, passa a ser considerado um “defensivismo de novo tipo” (ALVES, 1998): a estratégia de confrontação à lógica do capital passa a ser substituída pela cooperação “conflitiva” com a mesma.

Na década de 1990 já era possível, como apontam os autores (DIAS, 2006; AMARAL, 2005; BADARÓ, 2003; ALVES, 1998; COELHO, 2005), perceber a tendência supracitada. Neste período, foi apresentado pela direção da CUT o que ela mesma chamou de proposta baseada no “desenvolvimento com distribuição de renda”, no sentido de construir coletivamente uma nova hegemonia capaz de aprofundar a “democracia” e a “cidadania” no país. Uma nova leitura de realidade estava sendo feita pela Central, na qual mudanças econômicas eram inevitáveis naquela conjuntura. Posturas e instrumentos conciliatórios eram as apostas para materializar ganhos para os trabalhadores. Uma “agenda propositiva” (AMARAL, 2005) que admite concepções liberais na condução da política e pautada na necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado.

A “agenda propositiva”, era vista por alguns dirigentes da CUT, sobretudo aqueles ligados à sua corrente majoritária - a Articulação Sindical<sup>11</sup> -, como estratégia para objetivar a proposta de democratização do Estado e possibilitar a intervenção nas decisões e problemáticas de interesses dos trabalhadores. Os

---

<sup>11</sup> Para um estudo detalhado das correntes sindicais e do PT, como já indicamos, a tese de Coelho (2005) é leitura indispensável. A pesquisa documental feita pelo autor é rica de elementos que nos explicam a transformação do PT em “partido da ordem”. Mais do que isso, o autor trata das correlações de força dentro do PT e de como a ideia de um “PT autêntico”, construída pelas correntes majoritárias, apagou as posições das correntes críticas à esquerda da história do partido. É, sem dúvida, um estudo recente de referência para aqueles que se propõe discutir a organização política dos trabalhadores na atualidade e que, inevitavelmente, precisam recorrer à história.

instrumentos se resumiriam em participação em negociações e fóruns institucionais (AMARAL, 2005).

Apesar de inegável a relação antagônica entre capital e trabalho, acreditava-se que ambas as partes poderiam ganhar, caso a produtividade e os lucros fossem melhor distribuídos. Acreditando ser possível conciliar as classes, a CUT acaba por aderir a práticas pragmáticas, abrindo mão da luta contra as políticas despóticas patronais e do próprio Estado. Segundo a autora,

as alusões às experiências revolucionárias são afastadas do horizonte das classes trabalhadoras para dar lugar a um tipo de leitura sobre a conjuntura que ressalta as possibilidades que ela encerra, como é o caso da luta por direitos e da inclusão nas políticas públicas, sendo estas pensadas como arena principal da disputa entre interesses conflitantes (AMARAL, 2005, p. 212-213).

Dar-se-á mais ênfase em determinações político-ideológicas em detrimento da análise estrutural do processo de produção capitalista no país, das transformações produtivas capitalistas provenientes do “padrão flexível” e seus impactos negativos para os trabalhadores. As estratégias sindicais adotadas expressam, como aponta Alves (1998, p. 85), uma “debilitação político-ideológica da perspectiva de classe”.

Após o PT assumir o governo, até mesmo os métodos de luta reivindicativa foram modificados pela CUT. A tática de organizar greves gerais foi abandonada. Nenhuma manifestação desse tipo foi convocada durante os governos petistas, só sendo uma tática retomada, e muito timidamente frente à pressão das bases, após o golpe de 2016. As novas formas de manifestação se resumiram, por exemplo, em marchas nacionais, dias nacionais de luta, showmícios de 1º de maio, campanhas unificadas e conferências nacionais. Nesses atos, evitava-se críticas profundas aos governos. Estas deviam ser abafadas e o compromisso com a manutenção da política em curso era escancarado, tendo a CUT encabeçado o apoio à reeleição de Lula em 2006 e à eleição de Dilma Rousseff em 2010 e 2014. Os próprios dirigentes da central, na atual conjuntura, não têm poupado esforços na construção da possível candidatura de Lula da Silva em 2018, sinalizando que, mesmo com a falência do

projeto de conciliação de classes, pouca coisa mudou do ponto de vista de seus horizontes e direções estratégicas.

Conforme Galvão (2006, p. 136),

A capacidade de resistência da CUT diminuiu. Os laços existentes entre a corrente majoritária da central e a principal tendência petista, de onde provém Lula e os principais quadros do governo federal, têm afastado a CUT de manifestações e protestos contra o governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores. A central tem feito muitas concessões em relação a seu programa de lutas, o que a coloca diante da necessidade de fazer muitos malabarismos discursivos para justificá-las.

Em nome da governabilidade, a CUT priorizou conter a resistência dos trabalhadores, ao invés de mobilizá-los em defesa de seus direitos. Assimilando o discurso da “utopia do possível” (GALVÃO, 2006), substituiu a perspectiva de construção de uma classe trabalhadora autônoma e combativa por uma compreensão de acúmulo gradual de forças nos limites da ordem burguesa. Analisando esse processo, Amaral (2005) vai argumentar que a opção adotada reduziu os horizontes ao campo estrito da emancipação política, restringindo à esfera da cidadania as possibilidades de intervenção.

A Força Sindical (FS), por sua vez, não surpreendeu com a postura que adotou. Desde sua criação, em 1991, a FS integrou a corrente sindical autodenominada “sindicalismo de resultados”. Não só aderiu ao neoliberalismo: foi criada para tanto.

A Força Sindical foi criada congregando uma massa de “sindicatos de carimbo”: sindicatos pequenos, com menos de quinhentos associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, dispersos pelas pequenas cidades do interior e cuja maioria de dirigentes jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical em 1991, de qualquer congresso sindical (BOITO JR. 1996, p. 3).

Ideologicamente, o que unificou esses grupos foi, nas palavras de Boito Jr. (1996), um conservadorismo político genérico, a moderação e a passividade na ação sindical. Conforme o autor, “eles são, ou melhor, eles estão neoliberais porque o governo é neoliberal” (ibid., p. 3).

A Força Sindical aglutina **confederações, federações e sindicatos de diferenciados ramos. Fundamentalmente, os dados divulgados em seu**

***próprio site destacam que a atuação tem sido centrada em áreas como:*** indústria alimentícia, transportes, comércio, agricultura, aposentados, construção civil, confecções, setor hoteleiro e de edifícios, educação, químicos, profissionais liberais e autônomos (em especial, contabilistas e taxistas) e o setor de segurança. É uma central com pouca representatividade perante funcionários públicos. Nesse segmento, atua principalmente com os policiais rodoviários e profissionais do setor administrativo (FORÇA SINDICAL, 2010).

No primeiro governo Lula, a FS ocupou uma posição institucional de pouco destaque, esboçando algumas críticas sobre a manutenção das altas taxas de juros. Tentava se afirmar, tendo em vista sua posição à direita prevalecente em 1990, como oposição ao governo. Contudo, não era uma posição fácil de assumir, mesmo que fosse somente no plano discursivo, uma vez que estavam sendo contrários a um governo respaldado por amplo apoio popular e dirigido por um partido, historicamente, aliado aos setores sindicais.

Nesse sentido, a FS, tradicional opositora do PT e da CUT, no segundo governo Lula passou a apoiá-lo. Em 2007, Luiz Antônio de Medeiros, um dos seus dirigentes principais, foi nomeado Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (BOITO JR., GALVÃO E MARCELINO, 2009)

Foi justamente o “caráter marcadamente governista e pelego” (GALVÃO, 2006, p. 142) da FS que impôs dificuldades para a central manter-se na oposição. A CUT precisou enfrentar o dilema de preservar ou não sua autonomia diante do partido que historicamente foi seu aliado, o PT. Já a FS, mesmo após passar a compor os governos, estava vivenciando um outro momento político, no qual, aliada de primeira hora anteriormente, perdeu o posto de principal “central governista” para a CUT.

Em síntese, a CUT e a FS, campos opostos na luta política na década de 1990, sob os governos Lula-Dilma, tiveram suas diferenças reduzidas. Como vimos, ambas foram base de apoio de Lula, priorizaram a negociação com o governo, optaram por canalizar a pressão sobre o Parlamento e realizar acordos patronais. A perspectiva propositiva prevalece, mesmo havendo, até certo ponto, resistência ao neoliberalismo, com as pautas de defesa da manutenção e ampliação de direitos.

As insatisfações frente às propostas adotadas pelos governos eram manifestadas pelas centrais sindicais de forma distinta da combatividade que prevalecia nos anos 1980. As posições hegemônicas tomadas apoiavam os governos, destacando a importância de sua relação com o movimento sindicais, cuja expressão seriam, centralmente, as estratégias de negociação.

## CONCLUSÕES

Aventamos neste trabalho que a transformação social não mais se apresenta, para os principais setores do sindicalismo brasileiro, como objetivo da luta pelo poder. Passa-se a ter uma meta estreita, resumida às disputas eleitorais. A aliança de classes, seja com forças progressistas ou conservadoras, à direita ou à esquerda, passa a ser um meio eficiente da construção de hegemonia petista. Não se fala mais em luta de classes. Agora, parece entrar em vigor, unicamente, o discurso que trata de uma sociedade homogênea, sem antagonismos e sem disputa de projetos. Aliás, não se fala sequer nesses “projetos”. Menções à classe trabalhadora são substituídas por menções aos pobres<sup>12</sup>. Não é mais a luta de classes, é a luta “de todas as classes” contra a pobreza. Obviamente, sem mencionar suas determinações estruturais. Na trilha do que formulou Galvão (2012), o “sindicalismo de parceria”, da CUT e da Força Sindical, abriu mão de estar nas lutas, nas ruas e nas fábricas, temendo mobilizar os trabalhadores contra um governo “aliado”.

Esses elementos trazidos nos ajudam a entender o distanciamento do movimento sindical brasileiro com a onda de mobilizações que eclodiu no Brasil, seja as greves nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seja nas jornadas de junho, em 2013. Negar o conflito não impede sua eclosão, porém rebate nas condições e perspectivas das lutas. A participação institucional das principais centrais sindicais do Brasil não impediu a emergência de uma onda de conflitos, nem a obtenção de conquistas materiais para os trabalhadores. O posicionamento

---

<sup>12</sup> Uma tendência apontada por Francisco de Oliveira (2000) quando trata que aparentemente a pobreza e sua superação seriam nossa “chance histórica”.

da maioria das organizações sindicais foi contrastado com o ativismo econômico e a conflitualidade nas organizações de base

Junho de 2013, por exemplo, entrou para a história das revoltas sociais no Brasil, mas o sindicalismo esteve ausente como força política protagonista das manifestações. Estávamos “diante da ruidosa transformação de uma inquietação social latente e difusa em uma aberta” (BRAGA, 2015, p. 122). Os protestos atingiam praticamente toda a política brasileira. Foi um movimento amplo, polissêmico e multiforme que desafiou o “aparente consenso”, tendo, inclusive, sua eclosão, contraditoriamente, colocado forças conservadoras em evidência na negação da política posta<sup>13</sup>.

Os sindicalistas estiveram presentes nos atos, mas as centrais sindicais apenas se incorporaram tardiamente, não contribuindo, dessa forma, para um direcionamento que superasse o imediatismo das mobilizações, no sentido de avançar na construção de um projeto classista para além das pautas pontuais dos trabalhadores. A perda de autonomia frente aos governos e o patronato – como sinalizamos nesse trabalho -, nos parece ser a chave-interpretativa do distanciamento sindical como as lutas do precariado brasileiro nos anos 2000.

\*Este trabalho é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2018.

## REFERÊNCIAS

---

<sup>13</sup> Mesmo não “creditando” as chamadas Jornadas de Junho uma vinculação com forças políticas específicas, afinal, as Jornadas foram “mobilizações em disputa” tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda e grupos independentes, entendemos que, naquele momento, o sentido do termo “ocupar as ruas”, tão comumente ligado aos grupos progressistas, passou a ser cooptado pelo conservadorismo. O “verde-amarelismo”, o rechaço aos partidos políticos e as principais palavras de ordem presentes em junho (“vem pra rua”, “o gigante acordou” etc.), deram o tom das manifestações favoráveis ao golpe de 2016 no Brasil. Inegavelmente, grupos e partidos políticos conservadores souberam aproveitar as tendências expressas para consolidar o movimento pró-impeachment de Dilma Rousseff.

ALVES, Giovanni. *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. 1998. 417 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas – SP, 1998.

AMARAL, Angela Santana do. *Qualificação dos trabalhadores e estratégias de hegemonia: o embate de projetos classistas*. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *A “engenharia da cooptação” e os sindicatos no Brasil recente*. 2011.

*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2003.

*O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

*Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BADARÓ, Marcelo. 2013. *Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil*. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/M-Badar%C3%B3.pdf>>. Acesso em: 31/10/2017.

A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. In: *Revista Outubro*, n. 9, 2003. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/a-cut-hoje-e-os-dilemas-da-adesao-a-ordem/>>. Acesso em: 31/10/2017.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

BOITO JR, Armando. *Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil*. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

*O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: *Observatório Social da América Latina*, ano X, n. 26. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. *A financeirização da burocracia sindical no Brasil*. 2011. Disponível em: < <http://correiocidadania.com.br/politica/5816-12-05-2011-a-financeirizacao-da-burocracia-sindical-no-brasil>>. Acesso em: 31/10/2017.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

*A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.

*Os sindicatos e o governo Lula*. In: Le Monde Diplomatique Brasil. 2010. Disponível em: < <http://diplomatique.org.br/os-sindicatos-e-o-governo-lula/>>. Acesso em: 06/06/17.

Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, 2014, p. 25-52.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005.

DIAS, Edmundo. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

EL PAÍS. *Fim do imposto sindical: faxina em sindicatos de fachada ou negociações fragilizadas?* 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/21/economia/1492726431\\_998946.ht](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/21/economia/1492726431_998946.ht)>. Acesso em: 30/10/2017.

FORÇA SINDICAL. *Links da Web*. 2010. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/links/links-da-web/>>. Acesso em: 31/10/2017.

FRANÇA, Teones. *Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

GALVÃO, Andreia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. In: *Revista Crítica Marxista*, 2014, p. 103-201.

A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (Orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, p. 187-223.

O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. In: *Revista Outubro*, nº 14, 2006.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Aspectos das relações de trabalho e sindicalização*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

OLIVEIRA, Francisco. Passagem na neblina. In: OLIVEIRA, Francisco de; STÉDILE, João Pedro; GENOINO, José. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FERREIRA, C. M.

O movimento sindical brasileiro nos anos 2000: hegemonia neodesenvolvimentista e perda de combatividade

PICHLER, Walter Arno. *Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009*. Indicadores Econômicos FEE (Online), v. 38, p. 37-46, 2011.

POCHMANN, Márcio. *Subdesenvolvimento e trabalho*. São Paulo: LTr, 2008.

REDE BRASIL ATUAL. *Greves em 2013 atingiram recorde e mobilizaram 2 milhões de trabalhadores*. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/12/greves-em-2013-atingiram-recorde-e-mobilizaram-2-milhoes-7006.html>>. Acesso em: 30/10/2017.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2014.

WANDERBROOCK JR., Durval. *Imposto sindical, sindicalização e o crescimento do emprego entre 2009 e 2013*. 2016. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=6656>>. Acesso em: 31/10/2016.